

CONTRIBUIÇÃO PARA A MEMÓRIA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MARANHENSE, ATRAVÉS DA MULHER-PROFESSORA

Diomar das Graças Motta¹

Elisângela Santos Amorim²

Resumo

Ao contemplarmos estudos sobre a memória e, em especial, a memória de mulheres, somos muitas vezes criticadas, alegando-se o excesso de subjetividade que estes carregam. Essas preocupações, já demonstram que há um interesse científico voltado para a problemática da memória. Com essas observações procurou-se contribuir para a incipiente historiografia da educação maranhense, através de mulheres -professoras, com a perspectiva de fomentar a discussão sobre elementos representativos do lugar da mulher na história da educação, formação escolar, atuação profissional e social, em contextos municipais. Esta contribuição, através da Prof^a. Edelvira Barros, do município de Imperatriz – MA, tem como suporte principal os estudos de Perrot (2005), que denotam a especificidade da escrita da história da mulher, apesar do silêncio das fontes. Salienta-se que estas últimas, neste estudo, se constituíram de duas obras e uma entrevista. A incursão nesta temática decorre das atividades da pesquisa *Mulheres-professoras: saberes e táticas*, do Núcleo de História e Memória da Educação no Maranhão - NUMHE, que tem a memória de professoras e professores como um dos seus eixos.

Palavras-chave: Mulher-professora. Memória. Imperatriz-Maranhão.

CONTRIBUTION TO THE MEMORY OF MARANHÃO HISTORY OF EDUCATION, THOUGH THE WOMAN-TEACHER

Abstract

In contemplating studies on memory and in particular the memory of women, we are often criticized, claiming to be the excess of subjectivity that they carry. Those concerns, already has demonstrated a scientific interest turned to the problems of memory. With these remarks sought to contribute to the incipient historiography of education Maranhão, through women-teachers, with the prospect of promoting discussion on elements representing the place of women in the history of education, school education, professional and social activities, in contexts municipal. This contribution, by Prof. th Edelvira Barros, the city of Imperatriz - MA, has the support of major studies Perrot (2005), which show the specificity of writing the history of women, despite the silence of sources. It is the latter, in this study, is formed of two works and an interview. The incursion follows this theme of the activities of search-Women teachers: knowledge and tactics, the Center for History and Memory of Education in Maranhao - NUMHE, which has the memory of teachers and teachers as one of its axes.

Keywords: Women-teacher. Memory. Imperatriz-Maranhão.

As mulheres são feitas para esconder a sua vida

(Michelle Perrot, 2005 p.10)

Recebido em: Abril de 2008.

Aceito em: Setembro de 2008.

¹ Doutora em Educação pela UFF. Professora dos Programas de Pós Graduação e Saúde Materno Infantil da UFMA. E-mail: diomar@elo.com.br

² Mestra em Educação pela UFMA, Professora do Departamento de Educação II da UFMA. E-mail lysamorim@yahoo.com.br

Para dar voz a elas

Ao iniciarmos este texto com a epígrafe de Michelle Perrot, somos instigadas a romper o silêncio imposto às mulheres, nas diversas sociedades, em mais de oito mil anos. Entretanto, quase imperceptivelmente, muitas mulheres não deixaram e nem têm deixado que seu esquecimento seja nutrido. Mecanismos variados têm sido utilizados consciente ou inconscientemente, ao acaso ou intencionalmente, a fim de que as armadilhas do silêncio sejam escarnecidas.

A exemplo, Michelle Perrot (2005) em sua obra – *As mulheres ou os silêncios da história*, focaliza as diversas instâncias, quer pública, quer privada, que reiteraram e reiteram que o “silêncio é o comum das mulheres.” Com isso a pessoa mulher subsistiu calada e, por consequência, esquecida da História.

Porém Bourdieu (1994, p. 6) nos lembra que “[...] só a História pode nos desvencilhar da História”. Logo se a mulher está ausente da História, esse equívoco nos obriga a trazê-la, para que nos livre dessa lacuna e, em especial, dando-lhe voz. Para tanto temos que compartilhar com Benjamin (1994, p. 223) ao “[...]levar em conta a verdade de que, nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.”

Partindo dessas afirmações temos envidado esforços para alçar a mulher-professora na historiografia da educação maranhense, resgatando sua “memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1984, p. 47).

Acredita-se, também, que a inserção da memória de mulheres-professoras, na historiografia da educação, é mais uma atenção ao “fazer docente” e ao cotidiano das escolas, o que de certo refletirá na aprendizagem e, em especial, na cidadania, que os sistemas de ensino se propõem desenvolver.

Ademais, sem memória não há história e sem esta, comprometemos a cultura escolar contemporânea, fragilizada pelos embates, pelas provisoriiedades e pelos conformismos.

Convém assinalar que este texto é decorrente da investigação “Mulheres – professoras maranhenses saberes e táticas”, em que já foram resgatadas a memória de mais de meia centena delas. Aqui vamos dar vez e voz a mulher professora Edelvira Marques de Moraes Barros. Por que ela e não outra?

A sua escolha decorre do estágio da investigação supra, em que, procuramos ampliar a problemática da memória feminina, para o interior maranhense, privilegiando-se a escola pública municipal, espaço, também, pouco ocupado pela historiografia da educação maranhense.

Como reconhecemos, as mulheres e, em especial as professoras, são ausentes nas fontes históricas. Face a essa escassez, para este texto contamos, primordialmente com duas obras: a primeira fala dela: *Imperatriz mulher e mulheres*, de autoria da professora e vereadora Conceição Formiga, editada em 2004; a outra ela quem fala, ou seja a sua obra: *Eu, Imperatriz*, publicada em 1972. Nesta abordagem, a sua voz emerge, juntamente com a do município de Imperatriz, desde a sua invasão, na metade do século XIX, inaugurando o seu percurso de “escritora memorialista”. Em seguida procuramos evocar a sua trajetória, numa tentativa de contribuição à ruptura dessa longa historiografia do silêncio. Portanto demos-lhe voz!

Tornando-se memorialista

Nunca foi esta a pretensão de Edelvira, apenas tornou-se. O início desse acontecimento foi o convite para ir ao gabinete do então prefeito Renato Cortez Moreira (1970 - 1973), para compartilhar de sua angústia, na primeira semana de administração da coisa pública municipal. Ao entrar, ele, de imediato, exclamou:

Chamei-te aqui, para escreveres um livro"! Acrescentando: "Há uma deficiência de informações sobre nossa cidade. Eu sinto a falta de um livro, que reúna os elementos indispensáveis para o perfeito conhecimento desta comunidade, nas escolas e fora delas. (BARROS, 1972, p. 11).

Apesar de conhecedora desta lacuna, recusou, veementemente, por ser cônica de sua deficiência. Mas a insistência do prefeito, ou talvez a sua autoridade, ou seus argumentos *viris* fizeram com que aceitasse o desafio.

Esta narração se encontra no prefácio da obra, em que a autora, de modo singular, apresenta-o em três partes: uma intitulada – *Carta aberta ao prefeito*; a outra, *Ao Público*; e a última, *Às minhas colegas*. Com esta última parte, ressalta a feminilidade docente, em Imperatriz, de forma majoritária. Não sabemos se consciente ou inconsciente.

Nestes três textos, ela delinea a memória do seu percurso; enquanto escritora da obra, e apresenta sugestões quando da sua utilização. Assim, registra os dois anos de buscas, em acervos, indagações e entrevistas, ou seja, a itinerância do ofício do historiador.

Na construção do texto, assinala que não é uma obra didática, nem literária, mas um "feixe de pequenas crônicas", com a pretensão de registrar a história e a vida de sua terra – o município de Imperatriz. Não considera seu trabalho acabado, mas o começo, já que faz emergir fatos de há muito olvidado pelos e pelas imperatrizenses. Estes fatos consideravam indispensáveis como fontes de informação para as "professoras amigas" dos vários níveis de ensino.

Na apresentação da obra se dirige aos jovens, dizendo que é a história de sua vida, mas, também, de homens corajosos, de tempos de fartura e, também, de épocas amargas.

Com isto a estrutura da obra é constituída de duas partes. A primeira parte intitulada: *Imperatriz conta seu passado*, contendo questões históricas e geográficas de forma intercalada, constituída por 77 subtítulos.

A segunda parte, intitulada: *Imperatriz atual* tem 46 subtítulos com questões organizacionais, administrativas, políticas e religiosas do município.

Compartilhando com o rompimento do silêncio, imposto às mulheres, no seu texto é Imperatriz quem fala. Porém a construção não é uma descrição linear, mas crítica e reflexiva das questões, como indicam os subtítulos. A exemplo da ocupação do município que intitula: *A chegada dos brancos*. Nele descreve a calma vida dos índios e o impacto com a chegada de Frei Manoel Procópio do Coração de Maria e dois cidadãos: Juvenal Simões de Abreu e Zacarias Fernandes da Silva com suas respectivas famílias, além de quatro soldados. O religioso é considerado o fundador do município, em 16 de julho de 1852. Na ocasião as terras pertenciam a Província do Pará e os brancos estavam a mando do seu Presidente – o Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho. Através da Lei nº. 772, de 23 de agosto de 1854 foi estabelecida a linha divisória entre as Províncias do Pará e do Maranhão, ficando Imperatriz, do lado maranhense.

A obra traz um apêndice com a biografia dos dirigentes do povoado, da vila, da cidade e do município até a sua edição, em 1972.

Embora seu propósito não fosse uma obra didática, a professora se impõe fazendo com que cada subtítulo tivesse vocabulário e sugestão de atividade. Estas últimas, tanto podem ser de cunho escolar, como para qualquer pessoa que lesse a obra.

O livro traz ilustrações como a planta da cidade, a partitura do hino do município e o fragmento de um documento assinado por Frei Manoel Procópio, datado de 20 de abril de 1858. O autodidatismo, à época, na escrita histórica, fez com que a Prof^a. Edelvira não o identificasse. Presume-se que seja a prova da localização do município, que havia sido elevado à categoria de vila em 1856, perdendo-a em seguida para o município de Porto Franco, sob a alegação de que era imprecisa a demarcação das terras. Entretanto a luta do fundador e de moradores o reabilitou, tornando-se vila em 5 de dezembro de 1862.

A obra contém 278 páginas e foi impressa na Editora Rio Bonito em Goiânia – GO.

O trabalho de Edelvira, nestas mais de três décadas de sua edição, tornou-se referência, além de ser considerado a primeira obra sobre a memória do hoje município de Imperatriz.

Mas após um interregno de duas décadas sem publicações, por motivo de estudo, ela continuou a produção de obras, tendo a memória como centralidade. Assim publicou: *História da Fundação de Imperatriz*, em 1993; *Imperatriz-Memória e registro*, editado em 1996. Deixou inéditos: *O sertanista Mundico Barros* e um livro de crônicas, sem título. Partes dessas crônicas foram publicadas nos jornais locais como: O Progresso, Capital e O Verbo. Este último era da Academia Imperatrizense de Letras – AIL e era publicado semestralmente. Nestas crônicas abordava as questões municipais e, numa demonstração do seu engajamento no espaço educacional, as questões do ensino escolar.

Além de memorialista, o que sabemos sobre ela?

Resgate de outros feitos

A construção desse fragmento de sua memória foi apoiada na obra de Formiga (2004) e na entrevista realizada com a sua filha Rita de Cássia, que exerce atividades burocráticas no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, em 2/5/2008.

Esses fragmentos são uma tentativa de trazerem à tona, questões relativas às experiências vividas pelas mulheres, sobretudo na vida pública, até então pouco escrita. Isto por concebermos a memória como a base para construção da identidade, da consciência do indivíduo e dos grupos sociais (MOTTA, 2003).

Assim, Edelvira Marques de Moraes Barros, imperatrizense, nasceu em 27 de agosto de 1930, filha da dona de casa Zita Gonçalves de Moraes Barros e de Raimundo de Moraes Barros, advogado provisionado³, ex-vereador, pobre e amigo dos necessitados, pois repartia o pouco que tinha, com alegria aos menos favorecidos. Casada com João Marques da Silva, funcionário público, também maranhense, tiveram cinco filhos: João Marques Filho (falecido), Rita de Cássia Barros Marques (bacharel em Direito e professora universitária), Maria do Socorro Pinheiro de Sousa (assistente social) Teresa Cristina Marques Aragão (arquiteta) e Ana Lígia Barros Marques (médica), todas cidadãs imperatrizenses que contribuem para o desenvolvimento da cidade.

³ Diz-se da pessoa que não sendo bacharel em Direito, recebeu provisão para advogar em juízo de primeira instância, após inscrição no órgão da classe. Portanto era portador da Carteira nº 171 da Ordem dos Advogados do Brasil – MA. (BARROS, 1972).

Seus estudos no ensino fundamental e o Curso Normal Pedagógico foram realizados na Escola Santa Teresinha, de Imperatriz, concluído o último, em 1947. A educação superior foi realizada quase quarenta anos depois, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, cursando, inicialmente, a licenciatura curta em Ciências Sociais, concluída no ano de 1980 e depois a licenciatura plena de História, em 1989.

A sua inserção na força de trabalho deu-se aos 15 anos, quando se diplomou em corte e costura. Aos 17 anos, deu início a sua carreira docente, que se estendeu ao longo de sua vida. A ausência dessa função só ocorreu por questões políticas, ao desempenhar funções no legislativo ou em cargos de confiança, no executivo, embora ligados à educação.

Nesta ocasião esteve como Secretária-geral da Prefeitura de Imperatriz, precisamente, nos anos de 1956 a 1962, vivenciando a transformação da cidade de três ruas, em um município agitado nos anos 1960, hoje considerado o 2º mais importante do Estado, pela sua expressividade demográfica e econômica. A sua frente temos apenas o município de São Luis, capital do Estado.

Em 1959 foi eleita vereadora, cargo que exerceu até 1962. Nessa oportunidade, entre outros projetos, deu nome às vias públicas, recém construídas, pelo então prefeito Raimundo de Moraes (1956-1961), nos trechos compreendidos entre as ruas Fortunato Bandeira e Ana Nery (hoje Rua Henrique de La Roque), no sentido norte-sul; e a rua Coriolano Milhomem até a rua Rio de Janeiro, no sentido leste-oeste. Além de seis praças, embora três delas, posteriormente desapareceram, face a loteamento, devido à expansão demográfica da cidade. Para a escolha dessas denominações usou critérios, fundamentos nos serviços prestados por várias pessoas, no âmbito nacional, estadual e municipal, além de homenagear os imigrantes com o nome de seus estados de origem, a fim de que não apagassem a memória de sua procedência.

No campo educacional, destacou-se como colaboradora no projeto de fundação do Colégio Bernardo Sayão, o primeiro ginásio estadual de Imperatriz, em 1960, hoje, lamentavelmente, abandonado, por questões administrativas. Participou da equipe que fundou a escola “Dorgival Pinheiro de Sousa”, primeiro ginásio municipal.

Não satisfeita com a oferta de escolas no município, juntamente com o esposo João Marques, fundou, instalou e fez funcionar, por 12 anos, a partir de 1970, a “Escola Cristo Rei”, que oferecia as primeiras séries do então 1º grau e o curso de exame de admissão para o ginásio.

Preocupada com os jovens adultos trabalhadores fora do sistema escolar, incentivou o funcionamento de escolas no turno noturno, e possibilitando novas perspectivas a todos aqueles, que no tempo hábil foram excluídos da prerrogativa do direito à educação sistematizada.

Lecionou História, na Escola Santa Terezinha, quando esta passou a oferecer o ensino médio, no turno noturno; e no, então, Centro de Ensino de 2º grau Graça Aranha. Todas estas atividades integram a sua luta pela educação no município, que vislumbrava ser o melhor, para todos e para a região.

De 1977 a 1980, esteve como Diretora do Departamento de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz - SEMEI, colaborando com a implantação e o crescimento da educação municipal, nas suas múltiplas dimensões. Complementou esta atividade atuando, principalmente, no período de férias durante cinco anos, como monitora do Projeto Edurural⁴.

⁴ EDURURAL – Programa implementado pelo Governo Federal, em fins dos anos de 1970, com vista à alfabetização e educação popular de jovens e adultos, da cidade e do campo, a fim de corrigir os problemas sociais gerados pelo desenvolvimento econômico.

Representando o magistério local, integrou em 1972, a comissão que escolheu o hino da bandeira e o brasão de Imperatriz, por designação do Prefeito Renato Moreira. Este não concebia como um município com mais de cem anos não tenha obedecido o §3º do Art.1º da então Constituição Federal, que prescrevia a existência de símbolos em todos os municípios brasileiros.

Como estar em sala de aula era seu alimento principal, lecionou em todos os níveis escolares. Na educação superior foi professora do Departamento de História no Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI-UEMA).

Por tudo isso se tornou membro da Academia Imperatrizense de Letras na cadeira nº6, cujo patrono era Raimundo de Moraes Barros (seu pai) e, também, sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Foi sócia do Mater Clube e idealizadora da Casa Dom Bosco, centro assistencial daquela entidade, que participa da manutenção de uma creche com 500 crianças, oriundas de famílias menos favorecidas economicamente. A ajuda aos excluídos socialmente, compartilhava das suas preocupações com o outro.

Para concluir

A redescoberta da pessoa mulher, no espaço público maranhense nos colocou diante da professora Edelvira Marques de Moraes Barros (1930-2007). A sua dedicação ao outro na vida pública, particularmente, no campo educacional, desde meados dos anos de 1940, marcou sua trajetória, sobressaindo o seu empenho em registrar a história do município de Imperatriz.

Talvez porque este município apresente peculiaridades desde sua **gênese** (através de um religioso); na sua **denominação**, inicialmente, Povoado Santa Teresa (pela devoção do seu fundador a Santa Teresa D'Ávila), depois Vila Nova da Imperatriz, (em homenagem a Imperatriz Tereza Cristina, esposa de D. Pedro II, regente do Brasil, à época, que intercedeu na sua elevação a esta categoria, em 1862, além de presenteá-lo com um conjunto de medidas de cobre, ainda existente); pela sua **localização**, considerado a "sede da Amazônia Legal" (Cardoso, 2001 p. 146), com localização no sudoeste do Estado e distando em linha reta de 480 km da capital São Luis; na **demografia**, pois conta com mais de 230 mil habitantes. Banhado pelo rio Tocantins, com profundidade média de 8 metros e uma **economia** sustentada pela pecuária; e a fortaleza de seu **comércio** atacadista e varejista, além do setor de serviços com importância regional, apresentando aspectos de grandes centros.

Imperatriz, município com nome de mulher vem se preocupando, ainda que timidamente com a memória de suas mulheres, haja vista a obra de Formiga (2004). Nela a Profª. Edelvira se faz presente, ao lado de 73 mulheres, cujos nomes vão de A a Z. Mas a prevalência é com a dimensão familiar e algumas informações pessoais, face ao objetivo da autora que era tratar "de suas vidas, suas lutas e seus sonhos, a fim de homenageá-las e conhecer como fizeram história, ou foram silenciadas.

Portanto a utilização da memória em nosso estudo se dá pelo avanço dos estudos feministas, e pelas oportunidades oferecidas pela história social. Esta tem se constituído num importante veículo para a história das mulheres e a pluralidade de seus grupos sociais (camponesas, operárias, professoras e escravas), encontrando legitimidade científica e condição de sujeitos históricos.

Com isto, o resgate da memória da Profª. Edelvira Barros contribui para a visibilidade da mulher no espaço público e, especialmente, no espaço público maranhense, mostrando que há muito a ser escrito na história da educação da nossa região.

Referências

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Eu, Imperatriz**. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1972.

BENJAMIN, Walter. **Magra e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDEU, Pierre. **Lições da Aula**. São Paulo: Ática, 1988

CARDOSO, Manoel Frazão. **O Maranhão por dentro**. São Luis: Lithograf, 2001.

FORMIGA, Conceição. **Imperatriz mulher e mulheres**. Imperatriz, MA: Ética, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. **Enciclopédia Einaudi, Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. São Luis, EDUFMA, 2003..

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.